



Revista Historia de la Educación  
Latinoamericana

ISSN: 0122-7238

rhela@uptc.edu.co

Universidad Pedagógica y Tecnológica  
de Colombia  
Colombia

Reseñas de Libros y Revistas

Revista Historia de la Educación Latinoamericana, vol. 19, núm. 28, enero-junio, 2017,  
pp. 271-287

Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia  
Boyacá, Colombia

Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86952068014>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica

Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso abierto

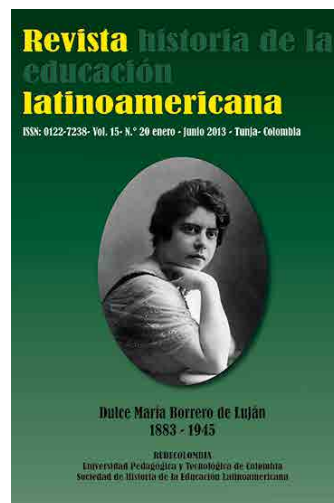
**Morelos Torres Aguilar.** *Publicaciones sobre educación en México en el siglo XIX*, (Revista Historia de la Educación Latino-Americana, ISSN 0122-7238 - Vol. 15 No. 20, enero-junio 2013, da Universidad Pedagógica de Colombia – UPTC, Tunja, Colombia): 245 – 273.

O autor apresenta aos leitores o resultado de uma pesquisa (Proyecto Iniciativas e instituciones culturales em México. Publicações educativas em el siglo XIX- Universidad de Guanajuato/ PRO-MEP), que teve o propósito de mapear as publicações com temas relacionados às questões da educação, em trinta e seis periódicos, impressas durante o longo período de 1829 a 1897, em todos os estados da República Mexicana, bem como na cidade do México. A finalidade de tal levantamento foi a de “analizar, compreender, comparar e interpretar, a partir das linhas editoriais, o discurso educativo presente nos ditos meios impressos” (2013, p. 246), com ênfase na tentativa de buscar uma possível interpretação do imaginário acerca do papel que os editores e articulistas teriam sobre a educação para toda sociedade.

Frente a esse compromisso foram definidos os objetivos de: a) *seleccionar un conjunto de publicaciones del siglo XIX donde se aborde el tema de la educación de forma explícita o implícita*; b) *analizar las principales ideas educativas presentes en las líneas editoriales, a partir de un criterio cronológico que permita establecer un proceso en el cual resulten significativas las innovaciones y las continuidades al paso del tiempo*; y c) *comprender las principales tendencias educativas difundidas, con base en las ideas pedagógicas presentes en los medios impresos de la época* (2013, p. 247).

Chama a atenção o número de artigos lidos e analisados no processo da pesquisa, ou seja, um conjunto de 500 artigos, para, desse conjunto inicial, selecionar a amostra da pesquisa. O autor utiliza-se da revisão hemerográfica, nos registros do *Fondo Reservado de la Hemeroteca Nacional de México y en su versión digital, la Hemeroteca Nacional Digital de México*.

De início, são selecionados artigos que tratam explicitamente de temas relacionados à educação e, na sequência, identifica, nesse acervo, aqueles nos quais se pode reconhecer uma linha editorial. Outro esforço relativo à seleção é distinguir artigos que conduzem à reflexão pedagógica, revelando a participação dos autores nas discussões sobre educação no século XIX. Somados os procedimentos de definição da amostra do estudo, resultaram 36 artigos.



Torres Aguilar afirma que são recentes os esforços que buscam identificar as publicações mexicanas sobre educação no século XIX e destaca as investigações conduzidas por Luz Elena Galván, Irma Leticia Moreno y Celia del Palacio, pesquisadores da área da história da educação, reconhecidos internacionalmente. As duas primeiras destacaram o discurso pedagógico das publicações e Palácio explorou o papel educativo da imprensa como coadjuvantes do processo educativo. Destaca, ainda, Ernesto Meneses Morales e Francisco Larroyo, ao citar a contribuição de ambos para a o reconhecimento da importância das publicações do século XIX como meio de divulgação das ideias pedagógicas desse período, e complementa com Luis E. Ruiz que, já em 1900, apontava a existência de trinta revistas pedagógicas publicadas no México.

Irma Leticia Moreno preparou uma lista de sessenta e uma publicações do final do século XIX e princípio do século XX, considerada a primeira aproximação ao tema da mídia educacional impressa, e admite que *“la prensa pedagógica como fuente para la reconstrucción de la historia de la educación es un rico caudal que espera ser descubierto y trabajado por pedagogos e historiadores”* (MORENO, No. 34 (1998):85-110).

Moreno (México: CONACyT-CIESAS, 2002) atribui tal profusão de revistas à crença de que caberia à educação a transformação social do país, mobilizando professores e pedagogos que indicavam alternativas para o melhor desenvolvimento do ensino, bem como instrumento pelo qual se manifestavam escritores, políticos, artistas e jornalistas.

Torres Aguilar, no artigo em pauta, escolheu seis revistas editadas na primeira metade do século XIX, algumas delas também foram listadas na pesquisa de Moreno, entretanto, a maior parte compõe-se de publicações não mencionadas na investigação. Foram discutidas as publicações dos anos que estão, fisicamente, disponíveis na Hemeroteca Nacional de México, e, como esclarece o autor

*Para la presente investigación fueron elegidos, en primer lugar, seis medios editados en la primera mitad del siglo XIX: El Celage (ciudad de México, 1829), Diario de los niños (ciudad de México, 1839-1840), Semanario de las señoritas mexicanas (ciudad de México, 1841-1842), Semanario Artístico para la Educación y Fomento de los Artesanos de la República, por la Junta Directiva de los de México (ciudad de México, 1844-1846), El libro del pueblo (Puebla, Puebla, 1849) y Mosaico (Mérida, Yucatán, 1849). Asimismo, fueron elegidas cuatro publicaciones aparecidas entre 1850 y 1870: La Cucarda (Oaxaca, Oaxaca, 1850-1851), La Camelia (ciudad de México, 1853), El Ferrocarril (1867-1872) y El Periquito (Campeche, Campeche, 1870). Finalmente, se escogieron veinticuatro publicaciones editadas entre 1871 y 1900: La Educación (León, Guanajuato, 1871-1873), El Protector de la Infancia (Guadalajara, Jalisco, 1871-1872), El Eco de las Artes (ciudad de México, 1872-1873), La Esquela (ciudad de México, 1872), La Abeja (ciudad de México, 1874-1875), Biblioteca de los niños (ciudad de México, 1874-1876), El Educador Mexicano (ciudad de México, 1874), La Universidad Libre (ciudad de México, 1875), La Humanidad (ciudad de México, 1877-1878), La Escuela de Agricultura (ciudad de México, 1878-1881), La Escuela Nacional de Artes y Oficios (ciudad de México, 1878-1886), La Enseñanza Objetiva*

(ciudad de México, 1879-1893), *La Mujer* (ciudad de México, 1880-1883), *El instructor* (Aguascalientes, Aguascalientes, 1884-1901), *El Colaborador Católico* (Chalchicomula, Puebla, 1885-1886), *El Educador Práctico Ilustrado* (ciudad de México, 1886), *El Escolar Mexicano* (ciudad de México, 1888-1889), *La Escuela Moderna* (ciudad de México, 1889-1900), *México Intelectual* (Jalapa, Veracruz, 1889), *El Mosaico* (Santa Clara, Michoacán, 1893-1894), *El Niño Mexicano* (ciudad de México, 1895-1896), *El Avisador* (Acapulco, Guerrero, 1895-1896) y *Las Novedades* (San Luis Potosí, 1897).<sup>1</sup>

Entretanto, os pesquisadores mencionados por Torres Aguilar, reconhecem a significativa presença de publicações comprometidas com o tema educação no século XIX que, segundo Lora Maria Esther Aguirre e Teresa Camarillo (1994), coincide com o período de reorientação educacional no México, voltada para o desenvolvimento pedagógico e a profissionalização dos professores.

Aguilar, ao identificar “*las ideas educativas en las publicaciones sobre educación en el siglo XIX* (pág. 251)” aponta qual o editorial de cada uma das 36 publicações que selecionou e, na parte mais longa do texto, faz uma discussão e interpretação acerca dos temas tratados a cada período histórico. Uma investigação memorável, pois, o pesquisador realça as características principais de cada período vinculando essas aos debates presentes na sociedade daquele momento.

Ao concluir, afirma ele que o exame das publicações permitiu observar que os editores consideravam, como público leitor, não somente as crianças e os jovens, mas também os trabalhadores e adultos aos quais dirigiam a divulgação de suas ideias educativas. Outro aspecto merecedor de destaque pelo autor é o fato de que a mídia impressa do século XIX, volta-se para a participação da mulher nos avanços educacionais do período. Também menciona que muitos artigos, comprometidos com a ideia de que a educação deveria formar bons cidadãos, incluem temas sobre moral e civismo. Por fim, revela que, no esforço para promover a educação, as publicações eram criativas, com temáticas variadas, explorando inclusive exercícios de disciplinas, tais como Matemática e Literatura e usavam dos espaços das revistas para divulgar descobertas científicas, notícias em geral e, até mesmo, noções de Geografia e História.

Torres Aguilar organiza as publicações conforme as categoriza: a) abordam diferentes aspectos das teorias pedagógicas; b) apresentam conceitos sociopolíticos, tais como, pátria, lei, cidadania e governo; c) propõem uma formação completa para o gênero feminino; d) tratam da educação religiosa; e) expressam as ideias sobre educação de um grupo de intelectuais determinado; e, f) fazem duras críticas ao cotidiano das escolas. Havia também as publicações voltadas às crianças, divididas pelo autor em dois tipos: a) as de caráter moralizante que prezavam determinados valores; e, b) as de caráter prático que buscavam reforçar o ensino escolar por meio de exercícios, jogos e atividades lúdicas.

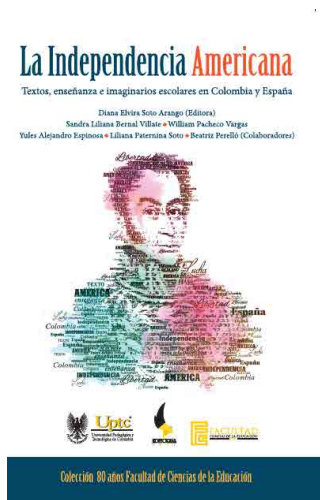
1 Morelos, Torres Aguilar. “Publicaciones sobre educación en México en el siglo XIX” *Revista historia de la Educación Latinoamericana* Vol. 15. No. 20 (2013): 250.

Reconhece ainda, a existência de um grupo de publicações que se comprometiam com a educação popular e buscavam contribuir com o enriquecimento cultural dos trabalhadores, tratando inclusive de temas voltados, especificamente, para a educação técnica.

O autor finaliza reafirmando a relevância dos estudos das publicações pela possibilidade que têm em desvelar os temas presentes nas discussões de determinado período e admite que a educação, no final do século XIX, foi um dos temas sociais com grande destaque no México.

**Elaborada por: Celia Maria Haas**  
*Universidade Cidade de São Paulo*  
*Grupo de pesquisa HISULA – UPTC*

**SOTO ARANGO, Diana Elvira (Editora).** *La Independencia Americana: Textos, enseñanza e imaginarios escolares en España y Colombia.* (Tunja: Facultad Ciencias de la Educación – UPTC, 2016).



Hoy nos llega la obra liderada por la Dra. Diana Soto Arango y el equipo de investigadores integrado por Sandra Bernal, William Pacheco, Yules Espinosa, Liliana Paternina, Beatriz Perello.

Son muchas las inquietudes que despierta la obra, especialmente en su trabajo comparado sobre los manuales escolares en España y Colombia. Es un trabajo que pasará a formar parte de la historia de los manuales escolares cuyo reservorio tiene sus antecedentes en el proyecto Emmanuelle (París) y proyecto Manes (España)<sup>1</sup>, como fuentes para abordar la historia del currículo como historia social. En este sentido, afirma Alejandro Tiana Ferrer (1999) que “una de las perspectivas emergentes a las que se está prestando cada vez más atención es la que podríamos denominar como historia interna de la educación. Esa mirada histórica que escruta el interior de las instituciones educativas, intentando desentrañar el significado de las actividades que en ellas tiene lugar, encuentra uno de sus campos privilegiados en la denominada historia del currículo, que tiene una presencia creciente en nuestra agenda actual de investigación.” (Tiana, 1999:101) Los manuales escolares encarnan el “utillaje mental” de la época en la cual aparecieron, y nos permiten hurgar en los imaginarios del héroe que potencian en ellos “aparecen reflejados, como espacio de memoria,

<sup>1</sup> El proyecto MANES, del Departamento de Historia de la Educación y Educación Comparada de la Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED) de España. El cual, a su vez, se inspiró en el modelo francés Emmanuelle. (Cfr. Villalain, 2001:85)

los contenidos que transmite en cada época la educación formal, el imaginario social de la comunidad en que circula y los métodos que constituyen el arte docente que implica sus usos didácticos.” (Benito Escolano, 2001:13) La manualística en el libro que presentamos nos permite decantar una mirada no solo a la microfísica de la escuela sino a las mentalidades, representaciones e imaginarios sociales. A partir de los manuales escolares podemos estudiar no solamente su dimensión instrumental en la construcción de una pedagogía codificada de acuerdo a los normativos y didácticas, sino que también nos permite abordar las mentalidades, representaciones e imaginarios de una determinada comunidad. La mentalidad viene definida por el utillaje mental, (Febvre, 1935) y se define como el conjunto de instrumentos mentales de que disponen los hombres de una época determinada, de una sociedad dada. El utillaje mental lo definen las nociones que tiene una sociedad sobre las cantidades, los números y las cifras, sobre el tiempo y el espacio. Pero el utillaje también lo define las formas de la cotidianidad: la higiene, la alimentación, los modos de vida, las creencias, los mitos, las cosmologías, los rituales, los símbolos, cambiantes según las épocas y los medios sociales.

Es una obra no solo por lo que dice sino por las implicaciones que podemos desprender de sus conclusiones. Es una obra enunciativa que aborda el verdadero impacto del diseño curricular en la comprensión de los conceptos medulares de la historia como asignatura vinculada con la nacionalidad.

En principio, nos gustaría destacar tres ideas fuerza de gran significación del trabajo:

1. En primer lugar, pone en discusión la preeminencia de los imaginarios que han potenciado los manuales escolares. Destacándose la presencia de los metarrelatos en detrimento de la mirada de la historia “desde abajo”. Y al mismo tiempo develando la imposición del paradigma patriarcal y la dialéctica de negación de los imaginarios indígenas y afrodescendientes. Es un aporte significativo que sugiere la construcción de un pensamiento contrahegemónico ante el maridaje del pensamiento eurocentrista. Así mismo, la obra evidencia la poca participación de los grupos de investigación y las universidades en la composición de los manuales escolares ante el dominio de los grandes autores.

2. Destaca lo difícil que es poder determinar el sentido polisémico del término independencia, demostrando que la independencia americana es un proceso que se inicia con la independencia de los EEUU, y luego el proceso de independencia hispanoamericana.

Dos contextos y dos miradas, España y Colombia, nos permiten diagnosticar el criterio ambivalente de la interiorización de los imaginarios que determinan la construcción de la nación. Evidenciándose la casi ausencia de los imaginarios que jalonaron la expedición botánica; así como un tratamiento de los acontecimientos históricos con criterios historiográficos actualizados. El modelo que más se evidencia es la concepción, la historia romántica, lineal y única; en los manuales escolares se reproduce la discriminación de los sectores más vulnerables.

3. Evidencia la poca claridad y dominio de los contenidos que logran los estudiantes, develan que las disciplinas en Ciencias Sociales e históricas no cumplen la verdadera interiorización de los valores vinculados con la nacionalidad. Deja finalmente planteada la obra, la comprensión de una visión comparada de la historia entre España y Colombia.

**Elaborada por: José Pascual Mora García**

*Universidad de Los Andes, Venezuela  
Grupo de investigación HISULA – UPTC*

**ACOSTA SILVA, Adrián; Atairo, Daniela; Camou, Antonio; Donoso Romo, Andrés; Dragnic García, Mía; Pinheiro Borbosa, Lia; Higuera Rubio, Diego Mauricio; Piñeros Lizarazo, Robinzon; Álvarez Satizabal, Gineth Andrea; Cano Menoni, Agustín; Didriksson Takayanagui, Axel.** *Los desafíos de la Universidad Pública en América Latina y el Caribe.* (Buenos Aires: CLACSO, 2015).

Adrián Acosta Silva | Daniela Atairo | Antonio Camou  
Andrés Donoso Romo | Mía Dragnic García  
Lia Pinheiro Borbosa | Diego Mauricio Higuera Rubio  
Robinzon Piñeros Lizarazo | Gineth Andrea Álvarez Satizabal  
Agustín Cano Menoni | Axel Didriksson Takayanagui



**LOS DESAFÍOS DE  
LA UNIVERSIDAD PÚBLICA  
EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE**



El presente libro recopila los ensayos ganadores del concurso Premio Pedro Krotsch de Estudios sobre la Universidad: Los desafíos de la universidad pública en América Latina y el Caribe. El cual fue organizado por la Red de Posgrados en Ciencias Sociales del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) y el Instituto de Investigaciones Gino Germani de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, con el apoyo de la Agencia Sueca de Desarrollo Internacional. ISBN 978-987-722-086-5.

El libro recopila seis ensayos que giran en torno al análisis y debates sobre los sistemas educativos, los autores se caracterizan por ser investigadores y docentes en ejercicio en la región. El primer ensayo, Gobernabilidad y democracia en la universidad pública latinoamericana: Argentina y México en perspectiva comparada, ofrece una interpretación de los cambios y desafíos que enfrenta el gobierno democrático de las universidades públicas de la región tomando como antecedentes la problemática del gobierno universitario en la educación superior desde dos aspectos, el referido a la relación con las políticas educativas, el Estado y las exigencias sobre calidad, eficiencia, competitividad e internacionalización de la educación superior, y el segundo, a partir de las luchas, protestas y reclamos que en su gran mayoría tiene como actor principal a la población estudiantil.

El segundo ensayo, *Hacia la universidad pública: aproximación a la importancia del movimiento estudiantil chileno de 2011 en perspectiva latinoamericana*, aborda el movimiento chileno de 2011 para comprenderlo y conformar modelos de comprensión sobre este fenómeno, los autores construyen el relato en seis apartados; la importancia de este tipo de estudio, el régimen neoliberal que impera en Chile, las razones de la movilización, los modos de operar y la magnitud del movimiento, las demandas realizadas y finalmente los logros y aportes a la construcción de la universidad pública.

El tercer ensayo, *Educação do campo, movimentos sociais e a luta pela democratização da Educação superior: os desafios da universidade pública no Brasil*, pretende recuperar el debate específico de la democratización de la educación superior en Brasil, a partir de la praxis educativo - política del movimiento social del campo, analizando los desafíos presentes en las universidades en el momento de implementación de los proyectos educativos financiados por los programas políticos conquistados con la lucha de los movimientos sociales del campo.

El cuarto ensayo, *Hacia una universidad latinoamericana ¡pública o privada! Transformaciones de los sistemas educativos, redes y movilidad estudiantil intrarregional*, es el producto de la reflexión de tres colombianos que decidieron migrar a otros países para adelantar su estudio doctoral. Los autores realizan un recorrido sobre la universidad en América Latina, sus cambios, la incidencia de procesos políticos y los devenires particulares de las instituciones de educación superior. A partir de la tesis: las trayectorias de los estudiantes impulsan procesos como el fortalecimiento de los mercados educativos de títulos, la búsqueda de oportunidades fuera de los sistemas más excluyentes, la gestación de movimientos sociales regionales y la producción de pensamiento crítico.

El quinto ensayo: *La extensión universitaria en la transformación de la Universidad Latinoamericana del siglo XXI: disputas y desafíos*. El autor retoma el inicio de los cursos de extensión universitaria de la Universidad de Buenos Aires como introducción para trascender el análisis de la extensión como una función dada de la universidad, para pensarla como proceso político - social universitario con implicaciones políticas, pedagógicas metodológicas y epistemológicas.

El último ensayo, *La universidad como sistema de producción de conocimientos, aprendizaje e innovación social*, tiene como periodo de estudio desde 1980 hasta 2014 tiempo en el cual, dice el autor, se conforma el maremágnum del actual *des* orden mundial que trasciende hasta la actualidad en el marco de una tendencia de alteración profunda y estructural de transición demográfica, organizacional y de gestión de las instituciones y el Estado.

Para finalizar, en cada ensayo los autores presentan de manera crítica y argumentada sus tesis, desarrollando sus ideas a partir de ejemplificaciones y de vivencias en sus respectivas regiones; las cuales están permeadas por los movimientos estudiantiles y las luchas sociales que se han llevado a cabo en la región buscando un sistema educativo equitativo y justo.

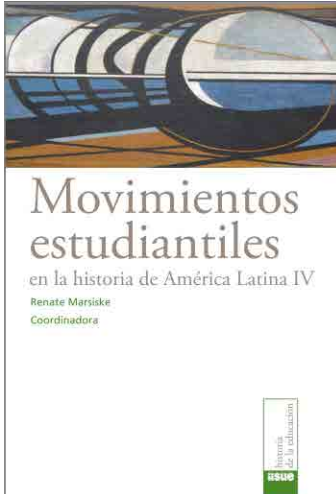
**Elaborada por: Marlén Rátiva Velandia**

*Candidata a Doctora en Ciencias de la Educación*

*CADE - Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia*

*Grupo de Investigación HISULA - UPTC*

**RENATE**, Marsiske. *Movimiento estudiantil en la historia de América Latina IV*. Primera edición. Editado por Instituto de investigaciones sobre la universidad y educación UNAM. Vol. II. México D.F., (México D.F.: Instituto de investigaciones sobre la universidad y educación UNAM, 2015).



La historia del movimiento estudiantil llevadas a cabo a lo largo de los años 1929 hasta 1971, marcan la participación en el movimiento estudiantil; describiendo las aristas que acontecieron tal movimiento. Su tejido tiene como punto de partida abordar los trabajos que ofrecen una mirada al devenir del movimiento estudiantil colombiano. Especialmente en este escenario se analizan algunos trabajos de movimientos regionales o universitarios; de otro modo se describen diversos escenarios a partir de casos de México, Argentina, Brasil, referentes importantes historiográficos que constituyen un papel preponderante. La irrupción espontánea de diferentes hechos nos obliga a pensar las características de luchas de sectores populares por ensanchar la democracia colombiana.

La presente reseña describe un momento histórico del movimiento estudiantil colombiano denominado por Jorge Cote Rodríguez en su ensayo titulado “movimiento estudiantil de 1971”; la protesta estudiantil de 1971; así referimos las tensiones educativas y políticas de la época. Los tres momentos que podrían referirse como antecedentes de esta movilización se caracterizan por: el plan básico de Educación superior, cobertura universitaria y la formación del frente nacional. Aunque cada uno de estos hechos puede interpretarse como causa directa de los sucesos de 1971 y presentan variables del contexto social y económico que incidieron en la protesta estudiantil universitaria de este año.

La formación del frente nacional en Colombia permitió la redefinición del sistema político colombiano, este pacto bipartidista no debe reconocerse como un aspecto único de inconformidad estudiantil universitaria; se deben tener en cuenta la migración del campo a la ciudad y el salto de la cobertura educativa (primaria, secundaria y superior); (MÚNERA, 1998) que favoreció la emergencia de la clase media en la educación superior. Así mismo, la izquierda y los movimientos populares venían desde años atrás adquiriendo cierta autonomía frente a los partidos tradicionales. Marcelo Torres, considerado uno de los principales líderes de la movilización estudiantil de 1971 (TORRES s.f.) comienza a finales de febrero de 1971, después de una protesta en Cali; la cual perpetró “una espantosa violencia contra el estudiantado y el pueblo”. Este lamentable hecho se presentó en un momento muy convulsionado, cuando el déficit presupuesto universitario había llevado a una permanente agitación estudiantil desde el inicio del año, en especial la Universidad del Valle y los estudiantes rechazaban el

control ejercido a esta universidad por una entidad privada (Cote, 1971) promovían la elección democrática de uno de los decanos de sus facultades.

El movimiento estudiantil en América Latina inicia en agosto de 1966, el cuarto congreso de estudiantes Latinoamericanos, realizado en La Habana, se ramifica después de haber fundado la organización continental de estudiantes Latinoamericanos, organización destinada a “promover la solidaridad activa de los estudiantes del continente en la lucha contra el imperialismo y consolida los vínculos que los unían con campesinos y obreros”. Se trataba en términos originales, de retomar el sueño bolivariano del movimiento Córdoba, en 1918 ponía en marcha la cruzada por la autonomía universitaria y el cogobierno en reacción contra el imperialismo cultural de Europa y Estados Unidos. La sociedad global del movimiento estudiantil permea el movimiento estudiantil reflejo tensiones con el activismo político; por el contrario, se abstrae de la sociedad.

En las tres revoluciones Latinoamericanas del siglo XX los estudiantes no desempeñaron un papel importante; en las revoluciones mexicana y boliviana su participación fue nula; en Cuba el papel de jóvenes estudiantes en general fue esencial; por lo tanto, los estudiantes fueron jóvenes entre jóvenes. En Brasil el movimiento había, de manera reciente obtenido éxitos brillantes, en 1963 la huelga de todas las universidades permitió lograr la cogestión; y en 1966 y 1968 las protestas contra la represión de los medios estudiantiles llegaron a preocupar el régimen. De hecho, los estudiantes fueron, en cada una de las ocasiones, incapaces de hacer que sus victorias llegaran al plano político (Jean 2008.)

El inicio de 1971, es recordado por diversos dinamismos de protestas obreras y el movimiento campesino colombiano; el estado social del país se hallaba agitado en medio de huelgas de maestros, estudiantes de secundaria, campesinos y obreros. Un acontecimiento significativo del movimiento campesino en la historia colombiana que se habría estado gestado desde años antes para el despegue propio de un “proceso de autonomía política y organizativa frente a los partidos tradicionales”. En 1971 este proceso se vio concretado en la conformación y el accionar de la ANUC<sup>1</sup> (MÚNERA, 2009). En medio de este agitado clima social, los estudiantes vieron la necesidad “de adelantar una lucha coordinada de los estudiantes colombianos, para garantizar el triunfo de sus reivindicaciones políticas”. El encuentro Nacional Universitario, conformó el Comité Nacional de Solidaridad Estudiantil, el comité lo conformaron delegados de diferentes universidades y convocó el día 26 de febrero a “una jornada de solidaridad con los estudiantes de la Universidad del Valle. De manera casi simultánea, la Universidad de Antioquia se encontraba en la búsqueda de una organización democrática de poder universitario que reemplazara el Consejo Superior Universitario por un sistema mayoritario de representación de estudiantes y profesores. Cote Rodríguez menciona en el año de 1971 “los ánimos exaltados eran regla de la movilización estudiantil de las universidades del Valle, Nacional, Antioquia, UIS.

1 Asociación Nacional de Usuarios Campesinos.

El II Encuentro Nacional Universitario de Bogotá (13 marzo de 1971), ratificado finalmente el 14 de abril en Palmira; se levanta el paro universitario en la Universidad Nacional. Según Isabel Hernández Arteaga, la protesta universitaria de 1971 adquirió un sello muy particular por ser la primera manifestación con una clara orientación antiimperialista y por haber vinculado a estudiantes de todas las universidades públicas y algunas privadas. Hernández igualmente resta valor al papel desempeñado por las fuerzas políticas de izquierda con intenciones de potenciar un movimiento revolucionario a partir del movimiento estudiantil, afirmando que su consideración sobre la universidad no era relevante en el conflicto (Hernández 1971) El “Programa Mínimo de los Estudiantes Colombianos” se configuró como la base programática de la movilización de 1971, su anuncio y aplicación no implicó que hubiese sido una visión unificada de la posición de los estudiantes. Como manifiestan Pardo y Urrego, en esta movilización se presentaban por lo menos dos posiciones teóricas importantes. Una de ellas consideraba a la universidad como un aparato ideológico del Estado.<sup>2</sup> Uno de los mejores ejemplos de esta concepción fue la ponencia ante el VI Encuentro Nacional Universitario de Medellín. Este documento exponía que era imposible modificar sustancialmente la naturaleza de clase de la universidad. (Hernández, 1971.)

El aparato ideológico del Estado, al servicio de la división social y técnico-social del trabajo, una revolución en Colombia tiene que plantearse en su estrategia su inevitable destrucción en el mismo sentido en que es válido para todo el aparato del Estado. Esto no descarta la posibilidad de dar luchas que la golpeen y denuncien aún antes de la toma del poder político, pero sin creer que se pretende de esta manera llevar a cabo una transformación paulatina o un anticipo de las tareas de la Revolución (socialista. s.f.)

La contraposición de ideas en el mismo seno de las organizaciones estudiantiles llevó a una serie de discusiones internas, aunque predominó la posición promovida por la Juventud Patriótica referida a la construcción de una cultura revolucionaria en la propia lucha estudiantil, sobre todo porque se justificaba la búsqueda de un cogobierno de la universidad como un paso relevante en la construcción de dicha cultura.

Lo paradójico de la movilización estudiantil del 71; generaba fuertes simpatías en amplios sectores sociales, en el interior de sus filas había discusiones irreconciliables: “una pelea entre maoístas y trotskistas”, y de la misma JUCO que arremetió contra estos dos grupos políticos tildándolos de *extremo izquierdistas*. Estas diferencias irreconciliables entre el estudiantado no deben interpretarse aisladamente de la pretensión gremial más importante de aquel momento: el cogobierno. Aunque en medio de este debate ideológico la reivindicación por el cogobierno y la reforma a la Universidad se abrió paso, lo cierto es que en la universidad de 1971 coexistían un sin número de ideas e intereses que invitaban al estudiantado a pensar una universidad más allá del entorno académico con

2 La incorporación de aparatos ideológicos del Estado en la Teoría del Estado marxista es indilgada a Louis Althusser y el estructuralismo francés. La difusión en Latinoamérica por Marta Harnecker surge de las reflexiones respecto al aparato hegemónico y la superestructura ideológica en un análisis de la filosofía hegeliana.

el fin de crear una nueva relación con otros sectores de la sociedad. Como hipótesis a explorar, se dice que el impacto de la movilización estudiantil del año 71 tiene que ver con las simpatías y coaliciones generadas con otros actores de la sociedad, entre ellos obreros, maestros y campesinos quienes también expresaron reivindicaciones gremiales y mostraron una abierta oposición al gobierno de Misael Pastrana Borrero y en particular al Estado de Sitio promovido en su mandato para frenar la expresión gremial y popular.

La movilización estudiantil estaba siendo dirigida por grupos que de cierta manera estaban más cercanos a las reivindicaciones universitarias, en tanto los militantes guerrilleros promovían fortalecer militar y políticamente a sus organizaciones. Mientras para la organización estudiantil su centro de operaciones y núcleo de formación era la universidad misma, para los militantes guerrilleros –en realidad una minoría en el grueso del estudiantado la universidad era solamente un paso hacia la incorporación definitiva a la vida guerrillera. Al respecto Cote Rodríguez sostiene que “en cuanto la lucha guerrillera, la mayoría de líderes estudiantiles estaba de acuerdo con ella”. Es muy posible que en este contexto la lucha guerrillera estuviera considerada por un sector importante del estudiantado, sin embargo, en las expresiones de protesta y organización de los estudiantes no era fácil identificar abiertamente esta posición. (COTE 2009.)

El principal aporte del Movimiento Social estudiantil en Colombia; es el combatir el modelo de desarrollo impuesto, estimular la movilización social construyendo e introduciendo nuevos valores a la sociedad como la protesta, luchar por los derechos educativos y de la salud, lograr una democratización, universalidad y gratuidad de la educación, esto convierte a los estudiantes en una fuerza social de carácter progresista en sus formas de lucha política, donde en ocasiones solo un puñado de estudiantes tan solo armados de valor y conciencia social han logrado cambios significativos frente a un estado sordo e incompetente, que en muchas ocasiones ha cedido ante la presión política ejercida en derecho por las organizaciones estudiantiles. Este legado se transmite de generación en generación y cada día surgen nuevos líderes dispuestos a reemplazar generando un dinamismo que parece dispersa, pero que permanece y perdurara en la sociedad mientras continúe la desigualdad e inequidad en Colombia y Latinoamérica.

Finalmente, los estudiosos del movimiento estudiantil se han preocupado permanentemente por definir su objeto de estudio. ¿Se puede considerar un movimiento social? y en consecuencia, ¿es posible hablar de movimiento estudiantil? ¿Desde qué marcos teóricos y metodológicos se puede pensar y escribir la historia del movimiento estudiantil? Junto a estas inquietudes, el caso colombiano se ha visto marcado por la tesis de Francisco Leal Buitrago respecto a la pertenencia de clase y a la existencia exclusiva del movimiento estudiantil durante el Frente Nacional. Podríamos decir que, gran parte de los textos consultados para este balance, son deudores los trabajos de Ivon Lebot y de Leal Buitrago (Tarazona, 2011)

### *Conclusión*

El movimiento estudiantil en Colombia se gestó con la presencia de movilización nacional a partir de solidaridad y respaldo en la Universidad del Valle y se replica en la Universidad Santiago de Cali en solidaridad y la Universidad Nacional. Aunque la movilización era nacional, las reivindicaciones finalmente se expresaron de manera local. En Cali demandaban la reforma del estatuto orgánico y una mayor participación en el Consejo Académico; en Bucaramanga la protesta principal del estudiantado era contra la posesión del rector, en tanto que en Medellín el paro se relacionaba con la crisis hospitalaria del Universitario San Vicente de Paul.

Las continuas protestas en Cali fueron violentamente y reprimidas, los estudiantes del país encontraron un punto de unión y solidaridad común que se articuló con las protestas universitarias, se transformó en una de las movilizaciones estudiantiles con mayor duración e impacto en la historia del país. La postura del gobierno se mantuvo en su política de reprimir las manifestaciones “así sean estas pacíficas” y buscar miembros de organizaciones guerrilleras con el fin de identificar “elementos extranjeros” que estuvieran participando o generando desórdenes proclives en las manifestaciones.

En el marco de las protestas sociales del año 71 el cogobierno universitario fue una de las conquistas más importantes del estudiantado colombiano, su efímera existencia fue también una desilusión. Pese a esta contradicción, las protestas y actuaciones de los estudiantes de aquella época por la autonomía del gobierno universitario llegaron a las siguientes generaciones una imagen heroica de sus principales impulsores y protagonistas. En este año la influencia del ELN en la universidad fue más débil, eran notorias otras tendencias políticas radicales de izquierda entre los universitarios, especialmente sobre la forma cómo se realiza la toma del poder y cuál sería el método a utilizar. Lo anterior nos permite relacionar el movimiento social estudiantil con la izquierda colombiana JUCO (juventudes comunistas) y otras organizaciones de izquierda que no necesariamente son de corte extremista, también existen organizaciones estudiantiles con fines académicos como la de estudiantes de medicina que actualmente gestionan pasantías y congresos, sin una mirada política, pero sí enfocada en la educación e internacionalización.

Las organizaciones guerrilleras existían en la universidad, pero no incidían de manera determinante en la organización gremial estudiantil. Las acciones políticas y militares, exceptuando tal vez el reclutamiento de nuevos militantes, se realizaban por fuera de las universidades. Sin embargo, las organizaciones eran cuna gestora para al final algunos estudiantes ingresar a las filas guerrilleras. Los líderes estudiantes no controvertían estas tendencias directamente por el contrario estaban de acuerdo con el movimiento guerrillero.

De ahí que es necesario pensarse en diferentes visiones que emergieron del movimiento estudiantil en Latinoamérica repercutieron en dos momentos, el primero la representación política de un proletariado temporalmente ausente y la visibilización de las voces de los estudiantes generaron críticas marxistas

dogmáticas al movimiento estudiantil que reaccionó con las nuevas ideas e implicó directamente a todos los sectores de la población. Se requiere dar un giro al ideal del movimiento estudiantil continúe y no se fragmente, el gobierno genera represiones y apaga las *voces de los enajenados*.

**Elaborada por: Jaime Antonio Álvarez Soler**  
*Estudiante de doctorado en Ciencia de la Educación*  
 UPTC, RUDECOLOMBIA

**AGUILERA MORALES, Alcira.** *Subjetividades políticas en movimiento(s) La defensa de la universidad pública en Colombia y México.* (Bogotá: Magisterio Editorial. 2014)

La investigación de los movimientos estudiantiles en América Latina se ha caracterizado por ubicar en lo histórico y contextual, las dinámicas colectivas que orientan el accionar político de estos grupos, vinculados generalmente a la defensa de la educación estatal. Es por ello tan significativo el texto elaborado por Alcira Aguilera, puesto que da cuenta de las transiciones que han configurado la trayectoria de los movimientos estudiantiles vinculados a universidades públicas de las capitales de México y de Colombia, a partir de la óptica singular que proporciona la constitución de subjetividades políticas de los protagonistas en diferentes momentos de la lucha estudiantil. Este giro epistémico por recuperar la voz desde la experiencia vivida por quienes integraron los movimientos estudiantiles explorados, proporciona una serie de argumentos para comprender la vital articulación entre la subjetividad política y la defensa de lo público, materializada en las expresiones colectivas de la movilización estudiantil, que en su recorrido, plantean elementos comunes y diferenciales por cada contexto, tejidos a partir de la noción de “memoria larga”, retomada por Aguilera, desde los planteamientos que propone Silvia Rivera Cusicanqui (1986).

Esta obra, presenta en cinco capítulos los resultados de un riguroso trabajo investigativo de orden cualitativo, el cual da cuenta de un recorrido histórico, teórico y contextual respecto a la configuración política de los movimientos estudiantiles en los casos estudiados, develando con ello, una panorámica sobre la lucha por lo público, desde las universidades estatales en América Latina, perfilada por las emergencias sociales, económicas y políticas que caracterizan



nuestra región. La primera parte del libro titulada: *Subjetividades políticas y memoria larga*, expone un abordaje conceptual que esboza el lugar desde el cual se constituye el sujeto político, retomando autores como Touraine (1987), Melucci (1999), Zeman (2002), Torres (2007) y Foucault (2009), quienes, desde una propuesta crítica, sitúan en escena nociones como el poder, lo instituido, lo instituyente, la conciencia histórica y los niveles de nucleamiento. En este mismo capítulo, se aborda la configuración de la memoria larga de la universidad pública en América Latina, cimentada bajo idearios y emergencias locales y regionales entre las cuales aparece la profesionalización, la lucha por la autonomía, la resistencia ante la dependencia y el modelo neoliberal.

El segundo capítulo denominado: *La UNAM: Los rostros del movimiento estudiantil*, reconstruye desde la perspectiva subjetiva cómo se configuró la memoria larga de dos movimientos estudiantiles<sup>1</sup>, marcados sin lugar a dudas por el movimiento mexicano del 68, la incidencia política de la familia como nivel de nucleamiento primario, las sinergias con movimientos sindicales, sociales y docentes en la defensa de la justicia social, y la experiencia colectiva en torno a un ideal de universidad pública, gratuita, contra hegemónica del modelo neoliberal. El tercer capítulo titulado: *Algunas fotografías del movimiento estudiantil colombiano*, presenta la experiencia del movimiento estudiantil en tres universidades públicas de la ciudad de Bogotá<sup>2</sup>, el cual no se puede concebir como lineal o unificado, puesto que posee un recorrido particular vinculado a las dinámicas sociales, económicas y políticas del país. En este sentido, se ubican como elementos que incide en la constitución de subjetividades de los partícipes de dichos movimientos, los niveles de nucleamiento como familia y las instituciones educativas, articuladas a la experiencia universitaria como esperanza para la movilidad social. Otros componentes que contribuyen a configurar la memoria larga en este caso, son las luchas contra la represión y persecución estatal, la resistencia ante el modelo neoliberal, la privatización y recortes presupuestales a la universidad pública, y la defensa de la autonomía y democracia universitaria concibiendo la educación pública como un derecho.

*Cartografías subjetivas y movimientos estudiantiles*, se denomina el cuarto apartado, que desglosa las convergencias y divergencias que emergen a partir de la comparación de la historia compartida de los casos estudiados, cuyos principales hallazgos ubican similitudes en los niveles de nucleamiento que inciden en la subjetividad política como lo son familia, amigos, instituciones educativas, y organizaciones de diverso orden, en donde se consolidan relaciones fraternas que movilizan la acción política y la toma de conciencia ante la realidad social. El texto aborda rasgos diferenciales de los movimientos estudiantiles así: Para los años setentas y ochentas se ubica un capital histórico-político expresado en un compromiso por el cambio social, apalancado por las ideologías gremiales y revolucionarias de izquierda; En el caso de los movimientos estudiantiles de las últimas décadas, se identifican subjetividades políticas en transición y construcción, generadas por la insatisfacción ante

1 Consejo Estudiantil Universitario (CEU) y el Consejo General de Huelga (CGH) de la Universidad Nacional Autónoma de México, UNAM.

2 Universidad Nacional de Colombia, Universidad Pedagógica Nacional, Universidad Distrital Francisco José de Caldas.

el ejercicio político tradicional y el autoritarismo. Finalmente, en el capítulo de cierre titulado: *Reconfigurando la memoria universitaria y las costumbres en común*, la autora perfila caminos para proyectar la defensa de lo público desde las subjetividades políticas de los movimientos estudiantiles, bajo su carácter universal, gratuito y laico, que permita transformar la sociedad, desde proyectos colectivos del país, buscando frenar los impactos de la privatización, desfinanciación y burocratización del modelo capitalista sobre las universidades, a la luz de la democratización del poder y del saber, de la mano de otros actores sociales que han sido permeados también por los rezagos morales en América Latina.

Alcira Aguilera nos propone en su obra re-pensar el lugar de lo político en la subjetividad, en los movimientos estudiantiles y en las universidades, toda vez que brinda aprendizajes y retos para re-significar la trayectoria de la lucha por lo común en la escena educativa latinoamericana, destacando la imposibilidad de homogenizar los movimientos estudiantiles en trayectorias constantes, puesto que es a partir de las huellas comunes que deja las sistemáticas vulneraciones y agravios en la memoria larga colectiva en la educación pública, que aparecerán en escena estos colectivos para la lucha y defensa del ideal de transformación social que requiere nuestra región, convocando a la toma de conciencia histórica de tal disputa, a otros actores como los docentes, y la sociedad civil.

**Elaborada por: Myriam Fernanda Torres Gómez.**

*Docente- Investigadora Programa de Trabajo Social.*

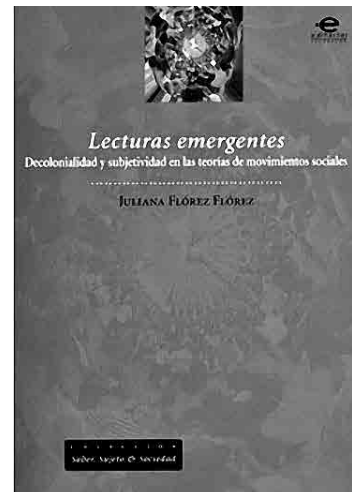
*Grupo de Investigación Trabajo Social, Equidad y Justicia Social.*

*CEDT, Universidad de la Salle.*

**FLÓREZ FLÓREZ, Julia, LECTURAS EMERGENTES. Decolonialidad y subjetividad en las teorías de movimientos sociales,** (Bogotá: Universidad Javeriana, 2010)

El libro de Juliana Flórez Flórez; *Lecturas Emergentes –Decolonialidad y subjetividad en las teorías de movimientos sociales–*, ofrece una rica versión elucidada que muestra un análisis de los movimientos sociales revelando en su estructura la exploración de temas subteorizados. Se visibiliza en la profundidad del escrito la inteligibilidad, esto sucede cuando se pone en perspectiva los procesos de acción social para los cuales la academia no dispone de herramientas teóricas, ya sea porque los considera irrelevantes o, simplemente no los ha detectado.

La dinámica del libro; se mueve entre dos propósitos; *el primero*; mostrar desde una vía sugerente-



te el *giro decolonial* en las teorías de movimientos sociales. Se dinamiza en este aparte la correlación entre la modernidad y sus límites en tanto a movimientos se refiere; así, se muestra con independencia de la perspectiva conceptual, lo relevante que resulta la reflexibilidad que Melucci, le atribuye al constitutivo de una acción colectiva y lo propuesto por Laclau y Mouffe. *El segundo*; centrar en su abordaje el tema de *subjetividad*, este último para dinamizar y poner en el foco las asimetrías, posible se hizo al resolver la pregunta: ¿De qué manera los movimientos gestionan a su favor las relaciones de poder que surgen en su interior?, constituyéndose este aparte en un intento de visibilizar lo oculto, toda vez que vincula lo que no siempre es derrota, sino potenciación en devenir en un sujeto político. En este segundo propósito se pone en perspectiva la comprensión en clave subjetiva, reveladora en las prácticas manifiestas de los movimientos, al dilucidar en ellas las relaciones internas de poder.

El conjunto de los *dos propósitos*; se concentra en trabajar reflexiones sistemáticas y frescas, su búsqueda va más allá de una verdad constitutiva en estos movimientos, en este caso proporciona otras formas de comprender el accionar colectivo. Los desafíos puestos en ello; un diálogo intensivo, reconocer el valor heurístico y analítico, al mismo tiempo, vislumbrar sus límites. Al concentrarse el escrito en estos dos propósitos; *giro decolonial* y *subjetividad*, tres teorías emergieron: La primera; Movimientos sociales de corte disciplinario; la segunda; Acción colectiva de corte interdisciplinario y la tercera; Perspectivas de la acción colectiva de corte transdisciplinario.

Se puede apreciar en el escrito lo dinámico de sus propósitos; *giro decolonial* y *subjetividad*, a propósito sustento para estructurar la generalidad del libro; la autora hace la presentación en dos partes; la parte uno; “Giro decolonial en las teorías de movimientos sociales” contextualiza la mirada desde *tres capítulos*: El primero; *modernidad y efervescencia de las teorías de movimientos sociales latinoamericanos*; deja ver en ello, la distinción analítica; por un lado muestra lo nuevo y lo viejo de los movimientos, mientras por el otro lado; relaciona la identidad y la estrategia. El segundo; *modernidad y desencanto de las teorías de movimientos sociales latinoamericanos*; coextiende en este apartado, las luchas periféricas ancladas en la ilustración, asimismo, pone en evidencia las identidades colectivas periféricas en tanto alteridades doblegadas. El tercero; *Claves para una lectura decolonial de los movimientos sociales latinoamericanos*, entran a integrar este apartado, la modernidad eurocéntrica, el programa de investigación modernidad/colonialidad latinoamericana y el giro decolonial, a partir de claves para lecturas no eurocéntricas de los movimientos sociales.

La segunda parte; “Movimientos sociales: anti/héroes de la acción colectiva”, extensivo en los tres capítulos siguientes; cuarto, quinto y sexto. En el cuarto; *Los disensos como dimensión política de la acción colectiva*; involucra el siguiente corolario; crisis, pero no pánico, el privilegio del consenso en las teorías de movimientos sociales, el consenso; núcleo político de la modernidad, el retorno de lo político: antagonismos y disensos, los disensos como dimensión política de los movimientos sociales. Asimismo en el quinto; *Tácticas de des-sujeción: la sub-*

*jetividad en los movimientos sociales*. En su abordaje cobra relevancia; el ámbito de lo subjetivo en la literatura de movimientos sociales, además; Más allá de las pasiones socialmente construidas: entre la potencia de la multitud y la quietud de las posiciones de sujeto, culminando con; la subjetividad como dimensión constitutiva de los movimientos sociales.

En el sexto capítulo; *el deseo y los movimientos sociales: Aportes de los feminismos de frontera*; Se evidencia en este apartado la perspectiva desde la cual una intención cobro vida en un escrito; a la postre en versión sucinta se constituye en: Feminismos de frontera: terreno fértil para repensar los movimientos sociales, ontología antiesencialista, epistemología situada, y así cierra con; el sujeto del deseo como sujeto político de los movimientos sociales.

Lo concluyente del libro es el amplio horizonte proporcionado por la autora, relacionado con un trabajo de movimientos sociales y acción colectiva con un fuerte componente transdisciplinar para un público académico amplio.

**Elaborada por: Ruby L. Espejo Lozano**  
*Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia*